

MEMÓRIA DA 17ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS – CONAPAC

Data e horário: 12 de novembro de 2015, das 9h30min às 16h00.

Local: Pousada Capitão Nykolas, Praia de Carro Quebrado, Ilha da Crôa, Barra de Santo Antônio – AL.

Pauta:aprovação da memória da 16ª Reunião Ordinária do CONAPAC; aprovação da pauta; informes; ações de fiscalização de veículos nas praias e ações de conscientização para visitantes e turistas (SEDETUR/AL); pesquisas realizadas na APA na gestão do CONAPAC (UFAL);Seminário de Pesquisa (CT Biodiversidade);Moção ao Governo de Alagoas (CT Turismo); renovação e modificação do CONAPAC; prestação de contas da APACC; plano de ação do CONAPAC 2016.

Relatoria: Lucas Silveira França de Araújo – Conselheiro Titular/Prefeitura de São José da Coroa Grande.

Lista de conselheiros e convidados presentes em anexo.

ABERTURA:

1. O presidente Paulo Roberto Júnior (APACC) abriu a reunião dando as boas vindas e repassou a palavra à coordenadora da Secretaria do Conselho, Flávia Rêgo (APB) que iniciou a discussão para aprovação da memória da 16ª reunião ordinária do CONAPAC. Após todas as correções a memória foi aprovada por unanimidade, impressa, assinada e será disponibilizada no site da APACC.A Coordenadora da Secretaria,Flávia, prosseguiu com a leitura da pauta para discussão e aprovação dos conselheiros presentes. Após a aprovação da pauta, Flávia informou sobre o preenchimento da avaliaçãodo CONAPAC em 2015.

INFORMES:

2. A secretária Flávia iniciou os informes acerca da capacitação e formação da rede de colaboração para monitoramento de peixes-boi. O conselheiro Iran Normande (CMA)prosseguiu explicando sobre a realização dos cursos de capacitação, cujos

objetivos foram transmitir conhecimento sobre a biologia do peixe-boi e protocolo para atendimento de ocorrências, foi alcançado o resultado de 78 participantes, onde todos se envolveram com todos os assuntos abordados desta iniciativa.

3. O conselheiro Luis Cláudio (CCCVB) informou da grande quantidade de ocorrências com peixe-boi no Rio Persinunga e perguntou sobre a extensão do projeto para a região. O conselheiro Iran Normande explicou que o curso é direcionado aos órgãos ambientais, embora não impeça grupos de sociedade civil em participar. O assessor da secretaria do conselho, José Ulisses (CMA) sugeriu a formalização da demanda à parte entre os grupos para retorno à pauta.
4. O presidente Paulo Roberto continuou os informes relatando que participou de uma reunião promovida pela SEDETUR-AL, no início de novembro, sobre os arranjos produtivos do trecho no litoral norte de Alagoas se disse feliz pela citação da APA Costa dos Corais na fala de todos os representantes presentes naquela reunião. Porém sentiu falta da APA ser contemplada na pauta do governo do estado para que, além da exploração cênica, possa incluir o apelo ambiental nas atividades turísticas no estado de Alagoas. Informou também sobre as áreas fechadas, principalmente a de Japaratinga na qual vem sendo trabalhado intensamente na publicação da portaria e implementação.
5. O conselheiro Bruno Stefanis (BIOTA) informou sobre uma Instrução Normativa que será publicada em relação às áreas de exploração de gás xisto dentro da APA e sobre a participação da APA nos processos de licenciamento ambiental na área terrestre. O presidente Paulo Roberto explicou que, tendo intervenção na área de restinga que promove impacto, a APA deve participar dos processos de licitação e licenciamento, porém não existe contato permanente entre o órgão licenciador e quando a APA vem tomar conhecimento já é no momento da outorga. O conselheiro Iran Normande explicou que existe uma portaria obrigando o órgão licenciador a requerer anuência da APA caso haja licenciamento de empreendimento que possa provocar danos diretos na unidade.
6. O conselheiro Luis Cláudio (CCCVB) se reportou ao encontro com a secretária da SEDETUR de Alagoas, explicando que a reunião foi uma demanda do setor turístico. Falou ainda da dificuldade de perceber os resultados das políticas públicas do governo do estado na região trazendo desenvolvimento local, sendo esses resultados inócuos e pequenos devido à falta de vontade por parte do governo de Alagoas. Dessa forma, ele sugeriu a criação de um elo com a região objetivando um contato maior entre governo estadual e a região do litoral norte de Alagoas e, nesse sentido, foi colocada a importância da APACC, não só na questão da preservação, como também no sentido turístico.

7. Em seguida o conselheiro Luís Eduardo (SEMARH) deu seguimento informando sobre a existência de leis proibindo veículos na praia, porém o problema é falta de capacidade dos órgãos ambientais em fiscalizar.
8. O conselheiro Gandh tomou a palavra informando sobre encontro realizado para tratar de alguns avanços por parte de proprietários de pousadas e congêneres em São Miguel dos Milagres e as ações feitas no sentido de coibir a prática. Informou também a data de posse dos conselheiros do COMDEMA no município de São Miguel dos Milagres, ficando como data estabelecida o dia 19 de novembro de 2015. Gandh informou também sobre trabalhos realizados pela Fundação Augusto Gouveia com hortas verticais nas escolas.
9. O conselheiro Prof. Dr. Vandick da Silva Batista (UFAL) informou que na UFAL foi aprovada a formação de Curso de Doutorado em Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos, proporcionando maiores pesquisas na área. Informou também que pesquisas úteis para a gestão e usuários da APA podem ser fomentadas se houver uma agenda de demandas de conhecimento e informação, assim como demandou que o protocolo único de acesso à área para pesquisas seja implementado, viabilizando atividades hoje restringidas por barreiras burocráticas. O presidente Paulo Roberto sugeriu aprofundar o assunto na discussão do item relativo à pauta com a presença do conselheiro Cláudio Sampaio (UFAL).
10. O conselheiro Pedro Luiz da Silva (Z-25) tomou a palavra questionando que as ações prometidas pela SPU e MP para inibição das construções irregulares na orla de Porto de Pedras não foram concretizadas e solicitou um reforço por parte da APACC no sentido de incentivar o cumprimento de tais ações.

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS NAS PRAIAS:

11. Dando seguimento à reunião, Flávia convidou a conselheira Melry Bezerra (SEDETUR/AL) para dar continuidade à pauta sobre o tráfego de veículos na praia. Melry informou sobre as placas de sinalização que foram instaladas e retiradas pela população assim como também a distribuição de panfletos nos estabelecimentos ligados ao ramo turístico, bem como do uso de influência de parentesco por grande parte dos infratores. Propôs a elaboração de formas para coibir a prática, principalmente em Maragogi e Japaratinga onde a demanda é mais gritante.
12. O conselheiro Francis Hurst (SEDETUR/AL) complementou relatando sobre um empresário que se sentiu prejudicado em atender a lei tendo que vender os veículos utilizados nos passeios na praia, porém outros não cumpriram e lucraram com a prática. Relatou que o fluxo

no último grande feriado na praia de Barra de Santo Antônio foi muito grande e usou como exemplo o caso de proibição em São Miguel dos Milagres.

13. O conselheiro Bruno Stefanis (BIOTA) indagou que só o trabalho de sensibilização não funciona sem ações punitivas e usou como exemplo o caso de Maceió que incluiu a prática como infração de trânsito o que tornou mais fácil a punição, propondo às prefeituras que imitem o exemplo em nível municipal.
14. O conselheiro Iran Normande contestou a estrutura fiscalizatória dos municípios que não dão conta da demanda. Sugeriu contato com o DETRAN/AL e o BPTRAN para quem realizem ações nos municípios. **A conselheira Melry propôs que a proposta dada pelo conselheiro Iran fique como encaminhamento.**
15. O presidente Paulo Roberto informou que a APACC já entrou com representação junto ao MPF a respeito. Citou algumas alternativas como os roteiros de passeios de buggys que não utilizam a praia. Informou que ações pontuais não dão conta e propôs estratégias de ações conjuntas bem divulgadas, envolvendo os parceiros locais e estabelecendo as competências. O analista ambiental da APACC/ICMBio, Marius Belluci, pediu a palavra distinguindo o ator direto, pertencente à população, e o visitante, propondo ações de sensibilização para diminuir a prática irregular. Paulo Roberto propôs a ampliação de Termo de Ajustamento de Conduta que já se iniciou em Maragogi, junto ao MP, para toda a APA e se comprometeu em levar a discussão para a Procuradora da República Dra. Raquel Teixeira, propondo ampliar a discussão sobre o TAC.
16. O conselheiro Luiz Cláudio argumentou a necessidade de informação e colocou esta como fundamental para o combate. Questionou a incapacidade do efetivo policial em dar conta da demanda e reforçou a existência de dois públicos na raiz do problema: público local e visitante. E diante do diagnóstico endossou a sugestão do conselheiro Bruno Stefanis que envolve a população no processo de denúncia.
17. O conselheiro Fabiano Ribeiro (CEPENE) sugeriu a implantação de estruturas físicas nas praias para coibir o fluxo de veículos, mas após breve discussão foi descartada a ideia.
18. O conselheiro Bruno sugeriu a punição dos fornecedores desses serviços como empreendedores, hotéis, pousadas e guias. O presidente Paulo sugeriu algum tipo de punição por parte da Secretaria Estadual de Turismo na esfera de classificação dos empreendimentos. A conselheira Melry Bezerra argumentou que a secretaria não tem competência punitiva dos empreendimentos.
19. O presidente Paulo informou que nas próximas ações pretende identificar a procedência do turista para registro do nome, CNPJ e demais dados do estabelecimento para uma possível

responsabilização jurídica. A conselheira Melry sugeriu, como forma de resguardar o empreendedores, a instalação de folders e cartazes nas recepções de pousadas e hotéis. Paulo argumentou que a iniciativa fosse realizada pelos próprios empresários.

20. Vandick propôs que seja formada uma comissão para atacar junto ao MP a questão diretamente. A conselheira Ana Paula (AMITUS) informou encaminhamento ao MPF cobrando as medidas cabíveis, foi formado o grupo de trabalho para que se discuta o tema internamente.
21. Gandh disponibilizou a FAG para participar da comissão. O assessor Ulisses levantou questionamento sobre algum posicionamento contrário por parte dos conselheiros presentes à participação das ONGs representadas por Gandhi e Bruno em participar da comissão. Não havendo objeção os dois foram incluídos na comissão. Ficou estabelecido que a secretaria encaminhasse contatos de e-mail e telefone dos participantes da comissão entre eles.
22. Paulo sugeriu a criação de uma comissão formada por membros com poder de articulação política para tomada de providência acerca de veículos na praia. Todos aprovaram. Formação da Comissão de Veículos nas Praias: Eduardo (SEMARH/AL), Melry e Francis (SEDETUR/AL), Paulo (APACC/ICMBio), Rivaldo (IBAMA/AL), Bruno (Biota) e Gandh (FAG).

PESQUISAS REALIZADAS NA APA NA ATUAL GESTÃO DO CONAPAC:

23. Em seguida o conselheiro Prof. Dr. Cláudio Sampaio (UFAL) deu seguimento à pauta sugerindo que todas as pesquisas ativas sejam informadas anualmente no início do ano permitindo o conhecimento de todos sobre as pesquisas. Relatou o problema que, mesmo tendo licença do ICMBio (SISBIO) está tendo dificuldade de acesso à Zona de Preservação da Vida Marinha – ZPVM em Tamandaré e solicitou apoio no sentido de encaminhar ofício à Secretaria de Meio Ambiente de Tamandaré para que possam permitir o acesso ao Parque Marinho Municipal do Forte Tamandaré, em área de sobreposição das UC's, para fins de pesquisa. Questionou, ainda, o quanto deve ser difícil aos pesquisadores não participantes do CONAPAC, o acesso à esta área de Tamandaré.
24. Paulo Roberto descreveu os problemas de conflitos e sobreposição da área e a solução seria harmonizar os instrumentos de licença ou autorização ambiental das três esferas que regulamentam o acesso à área. Explicou que foram enviados ofícios a SEMA de Tamandaré

na tentativa de contornar a situação, porém sem resposta. Sugeri o envio de uma moção de repúdio à instituição devido à falta de critério e de estrutura da SEMA de Tamandaré.

25. O assessor Ulisses argumentou que o documento mais adequado seria uma recomendação do CONAPAC à SEMA Tamandaré para que autorize a pesquisa. O conselheiro Heriberto alegou que ainda não existe informação suficiente sobre a pesquisa pretendida para que o CONAPAC delibere algo a respeito.
26. Eduardo Almeida, analista ambiental da APACC/ICMBio, pediu a palavra e, brevemente, sugeriu tratar na moção ou recomendação, apenas da cobrança de elaboração de fluxo de autorizações da SEMA de Tamandaré para a realização de pesquisas, considerando que se trata de uma área de testes com vários objetivos. Ulisses propôs que um pequeno grupo redija o documento para que pudesse ser votado no período da tarde.
27. Na sequência e a pedido do presidente do conselho, o analista ambiental Eduardo Almeida, realizou apresentação do quadro atual de pesquisas autorizadas pela APACC pelo Sistema de Autorização e Informação da Biodiversidade – SISBIO.
28. Foram encaminhadas as seguintes propostas: quanto ao conteúdo que seja encaminhada recomendação à prefeitura de Tamandaré que estabeleça o fluxo para aprovação de pesquisas na ZPVM. Os conselheiros Cláudio Sampaio e Vandick deverão elaborar redação do documento de recomendação para ser apresentado no período da tarde para apreciação pelos membros do conselho.

SEMINÁRIO DE PESQUISA (CT BIODIVERSIDADE):

29. O conselheiro Iran Normande iniciou a apresentação acerca da proposta preliminar de realização do I seminário de pesquisa da APACC, com previsão de realização após o período da Semana Santa de 2016. Apresentou proposta de comissão organizadora, (científica, logística, comunicação e divulgação e secretaria), programação, temas, etc.
30. Ulisses propôs ao Conselho delegar poder de deliberação à Câmara Temática de Biodiversidade acerca do seminário, porém com contribuição dos demais conselheiros por e-mail. Foi proposta alteração da data por se tratar da Semana Santa.
31. Vandick questionou a real demanda para pesquisas da gestão e dos usuários da APACC com viés social. Iran sugeriu que sejam realizadas consultas dos conselheiros às bases para levantamento de demandas de pesquisa e apresentará CT de Biodiversidade para que seja utilizado na elaboração do seminário.

32. Os conselheiros Vandick e Cláudio Sampaio, assumiram a responsabilidade de viabilizar na UFAL um encontro com os diversos setores sobre demandas e necessidades de pesquisas previamente ao seminário.
33. Ficou estabelecido que a CT de Biodiversidade encaminhe à proposta do Seminário de Pesquisa para a secretaria para que a mesma encaminhe aos demais conselheiros para fins de levantamento das demandas e envio de propostas complementares, bem como correções e sugestões, estabelecendo como prazo máximo de resposta o dia 30 de novembro.

RECOMENDAÇÃO ESTRADA PARQUE ROTA ECOLÓGICA:

34. O assessor da secretaria, Ulisses, começou colocando em debate a recomendação a ser encaminhada para o governo do Estado de Alagoas sobre a interrupção da construção da Estrada Parque Rota Ecológica na rodovia AL 101 norte para socialização, considerações e aprovação do conselho e iniciou a leitura do documento. Terminada a leitura completa do documento foi colocada para discussão.
35. O conselheiro Eduardo Barreto propôs que a redação do documento apenas indague ao governo do estado sobre os motivos pelos quais a obra foi paralisada. Gandh lembrou que o projeto de estrada parque contempla saneamento, iluminação, ciclovia, entre outros. Bruno sugeriu a retirada no item 1 do documento que diz "sem nenhuma justificativa". Iran contestou a mudança da concepção do documento de recomendação para ofício de solicitação de informação, e propôs manter o conteúdo do documento como recomendação, haja vista que já houve momentos anteriores em que foi questionada a paralização por outras instituições-membro do Conselho e não obtiveram resposta satisfatória do governo estadual.
36. O conselheiro Heriberto achou o documento inconsistente e repetitivo e argumentou que seria preciso levantar maiores informações para maior embasamento.
37. A conselheira Melry expressou a opinião a favor de buscar primeiro a informação das causas da paralização e determinar a prioridade de sinalização e iluminação da estrada.
38. O conselheiro Pedro Luiz se colocou a favor da manutenção do caráter de cobrança do documento.
39. A conselheira Carolina Neves (Yandê) se colocou a favor da cobrança recomendando a continuação do projeto.
40. Bruno reforçou que, embora o intuito seja a continuação da obra, o documento está demasiadamente agressivo.

41. Vandick fez várias recomendações acerca de alterações do documento e cobrou conhecimento técnico para embasamento das argumentações, mostrando a importância do projeto.
42. Paulo propôs a criação de uma comissão para abrir uma agenda de discussão com o governo do Estado de Alagoas, específica sobre a rota ecológica.
43. Melry justificou sua fala anterior pelo conhecimento da situação interna do governo estadual e reforçou a priorização de partes do projeto como garantia de contemplação da recomendação.
44. Iran esclareceu os danos ambientais causados na APA, a exemplo dos esgotos in natura que são lançados e lembrou que a área não foi contemplada em outros projetos e planos do governo atual.
45. O conselheiro Gandh propôs o retorno do documento para a Câmara Temática.
46. O conselheiro Luís Cláudio sugeriu formalizar convite ao secretário de estado pertinente para esclarecimentos.
47. Ulisses propôs a execução destas propostas concomitantemente: retornar a discussão em outro momento e devolver o documento de recomendação a CT de Turismo por falta de consistência e maior embasamento; ofício do presidente do CONAPAC pedindo esclarecimentos ao Governador de Alagoas, Sr. Renan Calheiros Filho; formação da comissão de acompanhamento; convite a secretaria de estado pertinente ou representante do governador para apresentar esclarecimentos na próxima reunião do CONAPAC. As propostas foram aprovadas por unanimidade.

RENOVAÇÃO E MODIFICAÇÃO DO CONSELHO:

48. O conselheiro e assessor da secretaria, Ulisses, continuou a reunião explicando as ações para a renovação e modificação do CONAPAC, conforme a nova Instrução Normativa do ICMBio nº 09/2014. Em seguida fez uma apresentação de slides com um resumo da IN e das regras estabelecidas para a eleição das instituições e mandato dos conselheiros no Regimento Interno. Esclareceu que o nome das instituições-membro e o número de vagas não serão estabelecidas na portaria de modificação do Conselho. A portaria de modificação será assinada pela Coordenadora da Coordenação Regional 6 do ICMBio e definirá os setores que irão compor o Conselho, conforme deliberação da plenária. Os setores escolhidos pela

plenária deverão contemplar o contexto de gestão da unidade e do uso do seu território. Após a publicação da portaria, ou paralelamente, haverá eleição das instituições-membro e definição do número de vagas, conforme edital específico do CONAPAC e em reunião do Conselho. Esta composição será homologada pela Coordenadora da CR-6 em processo específico, em seguida os conselheiros poderão ser empossados pelo presidente do Conselho.

49. O conselheiro Vandick solicitou que fosse feita uma avaliação da atuação do CONAPAC e a atuação das atuais instituições-membro para que se tenha subsídios quando da definição da nova composição. A secretária do Conselho, Flávia, informou que os questionários que estão sendo aplicados serão utilizados com a finalidade de avaliar o funcionamento do Conselho e a participação das instituições e dos conselheiros e que o resultado será apresentado na próxima reunião, antes da eleição que irá definir a nova composição.

50. Ulisses explicou que devemos buscar um equilíbrio de representação entre os diferentes setores, o que deve refletir os mais diversos interesses da sociedade e do poder público, cuja paridade também é desejável. Na sequência foram apresentadas em slides, exemplos de portaria de modificação de outros conselhos e no flip charter foi apresentada a composição atual do CONAPAC.

51. Seguiram-se algumas colocações e questionamentos na tentativa de compreensão da nova IN. Depois de esclarecidas as questões deu-se início o exercício de identificação dos diferentes setores que interagem com a gestão da APA Costa dos Corais. Foi utilizado um painel de TNT com cola adesiva e à medida que os setores foram sendo citados em plenária, foram sendo agrupados coletivamente e por consenso no painel, chegando-se à seguinte composição de setores:

I. Órgãos Públicos:

- a) Órgãos públicos ambientais dos três níveis da Federação;
- b) Órgãos do Poder Público de áreas afins, dos três níveis da Federação.

II. Usuários do Território:

- a) Atividade turística
- b) Atividade pesqueira
- c) Agricultura, indústria e comércio

III. Organizações de educação e cultura.

IV. Associações comunitárias.

V. Instituições de pesquisa.

52. O setor da agricultura, indústria e comércio foi definido já no encerramento do exercício, quando o conselheiro Vandick Batista levantou questionamento acerca da representatividade dos grandes empreendimentos, do setor produtivo e imobiliário. Foi proposto, então, pelo presidente Paulo e reforçado pelo conselheiro Iran, a criação deste setor entre os usuários do território, o que foi acatado por toda a plenária.
53. Em seguida foi feito o exercício de levantar quais instituições poderiam ser convidadas a compor o novo segmento. Foram citadas: ADEMI, SINDSCOM, SINDAÇUCAR AL/PE, SISTEMA S (Sebrae, Senac, Senai) e Carcinocultura Boca do Rio.
54. Para finalizar a discussão, foi perguntado aos conselheiros se há alguma discordância desta composição construída por setores. Não havendo nenhuma objeção, a composição foi aprovada por todos.
55. Ulisses informou que será instruído o processo de renovação e modificação do Conselho e este será encaminhado a CR-6. Já o edital de eleição das instituições será publicado no site da APACC com 60 (sessenta) dias de antecedência da próxima reunião do CONAPAC. Será feita ampla divulgação do edital pela Secretaria do Conselho, através de visitas às mais diversas instituições e através das redes sociais e imprensa.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO DA APACC EM 2015:

56. O presidente Paulo Roberto iniciou a apresentação dos números dos recursos da APACC iniciando pelos recursos oriundos de compensação ambiental, depois passou para uma apresentação rápida das outras fontes de recursos como o GEF-MAR e Projeto Toyota APA Costa dos Corais. O conselheiro José Heriberto alegou dificuldade de acompanhar os documentos apresentados e solicitou o envio antecipado por e-mail dos documentos apresentados nas reuniões. Foi esclarecido que será disponibilizado no site os documentos relativos a prestação de contas da APACC.

PESQUISAS REALIZADAS NA APA NA ATUAL GESTÃO DO CONAPAC:

57. Conforme encaminhamento no tópico 4 "F", o conselheiro Cláudio Sampaio apresentou o texto da recomendação a ser encaminhada ao prefeito e à Secretaria de Meio Ambiente de Tamandaré, o qual foi lido aos presentes. Depois de feitas as devidas correções e não

havendo nenhuma objeção o documento foi aprovado e encaminhado para assinatura de todos, com exceção do conselheiro José Heriberto (CEPENE) que optou por se abster. A recomendação nº01/2015 segue em anexo.

PLANO DE AÇÃO 2016:

58. Em seguida foi iniciada a discussão do Plano de Ação do Conselho Gestor da APA Costa dos Corais – CONAPAC do ano 2016. Ulisses apresentou algumas proposta de ações e uma agenda de reuniões do Conselho a todos os presentes. Devido ao avanço da hora, decidiu-se por aprovar apenas a realização da próxima reunião do CONAPAC (18ª), em 10 de março de 2016, no município de São José da Coroa Grande/PE, quando será realizada a eleição das novas instituições-membro do Conselho.

ENCERRAMENTO:

59. Para finalizar o presidente Paulo Roberto agradeceu a presença de todos e comunicou seu pedido de exoneração do cargo de chefia da APACC, porém esclarecendo que continua como servidor da APACC. Informou que o analista ambiental Iran Normande foi indicado pela equipe da unidade para assumir a função de chefe-substituto da APACC e a indicação será analisada pela coordenadora regional e o presidente do ICMBio. Os conselheiros presentes agradeceram o trabalho realizado pelo mesmo nos últimos 4 (quatro) anos com uma sálva de palmas. Em seguida deu-se por encerrada a reunião.

Aprovação da memória da 17ª reunião do CONAPAC:

Data 10/03/2016 Local: São José da Coroa Grande

Classificado pela ordem dos acenos (Portaria de criação)

Nº	Assento	Entidade (Sigla)	Representante:	Município:
1	Meio Ambiente Poder Público	APACC APACC	Paulo Roberto Correa de Sousa Junior Pedro Augusto Macedo Lins	Tamandaré Tamandaré
2	Órgãos Reguladores Poder Público	CEPENE CEPENE	José Heriberto Meneses de Lima Fabiano Pimentel Ribeiro	Tamandaré Tamandaré
3	Pesquisa científica Poder Público	CMA CMA	Iran Campello Normande José Ulisses dos Santos	Porto de Pedras Porto de Pedras
4	Órgãos Reguladores Poder Público	IBAMA/PE IBAMA/AL	Luiz Otávio de Araújo Corrêa Rivaldo Couto dos Santos Junior	Recife Maceió
5	Órgãos Reguladores Poder Público	SPU/AL SPU/AL	Pedro Gustavo dos Santos Barros Rafael Tavares de Lira	Maceió Maceió
6	Pesca e Aquicultura Poder Público	MPA/PE MPA/AL	Cicero Pereira de Castro Junior Leivan Souza Pinto	Recife Maceió
7	Pesquisa científica Poder Público	UFAL UFAL	Claudio Sampaio Vandick da Silva Batista	Maceió Maceió
8	Pesquisa científica Poder Público	UFRPE UFPE	Karine Matos Magalhães Mauro Maida	Recife Tamandaré
9	Meio Ambiente Poder Público	IMA SEMARH	Ricardo César de Barros Oliveira Carlos Eduardo Gomes Barreto	Maceió Maceió
10	Meio Ambiente Poder Público	CPRH SEMAS	Joany Deodato da Silva Andrea Olinto	Tamandaré Recife
11	Turismo Poder Público	SEDETURAL SEDETURAL	Melny Sherly Bezerra Francis Hurst Oliveira da Fonseca	Maceió Maceió

Aprovação da memória da 17ª reunião do CONAPAC:

Data 10/03/2016 Local: São José da Coroa Grande

Classificado pela ordem dos acentos (Portaria de criação)

Nº	Assento	Entidade (Sigla)	Representante:	Município:
12	Prefeituras municipais Poder Público	PMSJCG PMTam	Lucas Silveira Franca de Araújo Maria de Fátima Silva dos Santos	São José da Coroa Gran Tamandaré
13	Prefeituras municipais Poder Público	CM JAPARAT PMSMM	Maria José Pereira dos Santos Claudio Bulgarelli	Japaratinga São Miguel dos Milagre
14	Prefeituras municipais Poder Público	PMPar PMMar	Antonia Amorim Alves Edlaneide Cândido Pereira	Paripuera Maragogi
15	Associações Comunitárias Sociedade Civil	AJAMBASA ARIBAMA	Ernando Ferreira Pinto Maria Maria da Silva	Barra de Santo Antônio Porto de Pedras
16	Turismo Sociedade Civil	ATPB AMITUS	Tertuliana Flávia Cavalcante do Rêgo Ana Paula de Moura Souza	Porto de Pedras São Miguel dos Milagre
17	Turismo Sociedade Civil	APCM APCM	Farid Aoun Daher Napoleão Danubio Franco Rodrigues	Maragogi Maragogi
18	Pesca e Aquicultura Sociedade Civil	Z-9 Z-5	Enilde Lima Oliveira Severino Ramos	São José da Coroa Gran Tamandaré
19	Pesca e Aquicultura Sociedade Civil	Z-21 Z-11	Paulo Amaro da Silva José Marques da Costa Filho	Paripuera São Miguel dos Milagre
20	Pesca e Aquicultura Sociedade Civil	Z-25 CPP	Pedro Luiz da Silva Severino Antonio dos Santos	Porto de Pedras Olinda
21	Pesca e Aquicultura Sociedade Civil	Z-15 Z-15	Amaro José da Silva Antônio Marcos dos Santos Silva	Maragogi Maragogi
22	Associações Comunitárias Sociedade Civil	Náutica Ambient UNIMOP	Danielo Marx Nascimento Carvalho José Maciel dos Santos	Tamandaré São José da Coroa Gran

Aprovação da memória da 17ª reunião do CONAPAC:

Data 10/03/2016 Local: São José da Coroa Grande

Classificado pela ordem dos acentos (Portaria de criação)

Nº	Assento	Entidade (Sigla)	Representante:	Município:
23	Turismo	CCCVB	Luis Claudio Gonçalves Melo	Matagosa
	Sociedade Civil	A EJATUR	João Cândido Nogueira	Japaratinga
24	Meio Ambiente/Pesquisa	BIOTA-AL	Bruno Stefanis S. Pereira de Oliveira.	Maceió
	Sociedade Civil	FMA.	João Carlos Gomes Borges	Recife
25	Meio Ambiente/Pesquisa	IRCOS	Alberto da Silva Santos	Tamandaré
	Sociedade Civil	IRCOS	Manoel Alexandre Pedrosa	Tamandaré
26	Meio Ambiente/Pesquisa	IBVM	Juliano Mauricio Fritscher	Paripuera
	Sociedade Civil	IBVM	Ronaldo Galvão de Oliveira Scurachio	Paripuera
27	Educação e Cultura	YANDE	Carolina Neves Souza	São Miguel dos Milagres
	Sociedade Civil	YANDE	Tsachi Greenhut	São Miguel dos Milagres
28	Educação e Cultura	FAG	Gandh Gouveia	São Miguel dos Milagres
	Sociedade Civil	ABEVILA	Teófilo Carlos de Albuquerque Filho	Paripuera